



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO

CELEBRAÇÃO DO 40.º ANIVERSÁRIO
DO SEU PRIMEIRO MANDATO POPULAR

DISCURSOS PROFERIDOS NA SESSÃO DO
DIA 31 DE JANEIRO DE 1955.

TO THE HONORABLE MEMBERS OF THE

COMMISSIONERS OF THE LAND OFFICE

1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

OFFICE OF THE COMMISSIONERS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO

COMEMORAÇÃO DO 40.º ANIVERSÁRIO
DO SEU PRIMEIRO MANDATO POPULAR

DISCURSOS PROFERIDOS NA SESSÃO DO
DIA 31 DE JANEIRO DE 1955.

Biblioteca do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Norte
DOAÇÃO DO SÓCIO EFFÉLIO
ANTONIO SOARES FILHO

RIO DE JANEIRO — 1955

T

O SR. RUY SANTOS — Presidente — O Expediente será dedicado à comemoração do quadragésimo aniversário do primeiro mandato popular em que foi investido o Deputado José Augusto.

Tem a palavra o Sr. Alcides Carneiro.

O SR. ALCIDES CARNEIRO (Palmas) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao assomar, pela última vez, a esta tribuna, onde sempre refulgiu a mais alta eloquência nacional, na voz dos legítimos representantes do povo brasileiro; ao ocupar pela última vez a atenção dos nobres colegas, faço-o com a tristeza de quem se despede de um convívio ao mesmo tempo agradável e nobilitante. Ser-me-ia fácil fugir a êste constrangimento, esquivar-me desta amargura, mas imperioso dever de civismo e de amizade traz-me, hoje, aqui, nesta hora crepuscular da minha carreira política (não apoiados), para, sem azedumes nem intenção de desabafo, prestar uma homenagem, render um preito de justiça a um homem que é símbolo de probidade inflexível, a um dos maiores românticos da liberal-democracia em nosso país, a um político, a um estadista que as últimas gerações conheceram, admiraram e admiram como exemplo: — José Augusto Bezerra de Medeiros. (Palmas.)

Durante quarenta anos êsse varão da República prestigiou, ajudou, enobreceu esta Casa com a sua experiência, com a luz do seu espírito e a grandeza do seu caráter. Durante quarenta anos esta Casa o acolheu, bendizendo a terra pequenina que lhe mandava tão grande representante. Mas eis que, agora, para desventura da nossa pátria, e desprestígio de nossos ideais, esta Câmara contempla, a Nação inteira magoada em sua sensibilidade, vê José Augusto espoliado, descer as escadarias do Palácio Tiradentes. E os homens de sentimento e de coração estremecem, hoje, de pavor e de angústia, na antevisão do castigo que as grandes injustiças acarretam.

Há poucos dias, o eminente Deputado Afonso Arinos, referindo-se a José Augusto, lamentava que S. Ex^a não tivesse sido feliz no que chamou a loteria das urnas. Sim, realmente, é verdadeira loteria, estranha loteria, na qual o preço do bilhete tantas vezes ultrapassa o valor do prêmio!

Foi êste o erro de José Augusto: pensar que, com um simples «gasparino», com o «gasparino» de seu passado, de sua tradição, de todos os seus serviços, de ontem e de hoje, o seu engano foi imaginar que com alforje tão pobre tivesse o direito de esperar a sorte grande da sua reeleição!

Mas se José Augusto, na sua santa inocência, que tal como a pureza, não tem idade, tanto confiou, é porque tinha o direito de assim confiar. A sua vida pública foi devotada, inteira, à sua terra e aos seus conterrâneos — como magistrado, como professor, como governante, como parlamentar. Nunca dormiu sobre os louros. O seu esforço não esmoreceu nunca no serviço da sua terra e dos seus conterrâneos, nem com o tempo, nem com a idade, e dia a dia êle primava em cumular o seu torrão com benefícios novos, com serviços novos.

Eis porque, quando se fala no velho Rio Grande do Norte, lembra-se José Augusto Bezerra de Medeiros.

Poucos dias depois da eleição de 3 de outubro, José Augusto, com sua sorte eleitoral ainda pendente das urnas, dizia-me, cheio de confiança: — «Nesta legislatura, eu fiz, no interêsse da minha terra e da minha região, 82 discursos». E eu, que bem conheço o valor dos discursos, porque sou modesto oficial dêsse officio, tive vontade de dizer-lhe — mas silencieei, para não parecer irreverente e cruel: — «Meu velho e querido amigo, melhor fôra se, ao invés de contar discursos às dezenas, contasse cruzeiros aos milhões».

Srs. Deputados, se lamentamos, sinceramente, não tenha sido reeleito, que tenha sido derrotado um homem que merecia, por todos os títulos, consagradora vitória, não nos devemos deprimir ao ponto de considerar o povo um mau juiz apenas porque julgou mal alguns casos, de considerar a democracia falida, apenas porque, em alguns casos se inverteu o processo de escolha. E se alguém disser, baseado em certas escolhas desastradas e certos julgamentos infelizes, que o povo brasileiro não merece a democracia, não está preparado para ela, então nós replicamos, indagando: — «E haverá alguém capaz de substituí-la, haverá um semideus capaz de tomar seu lugar e contentar ao povo e fazer a felicidade da Nação? Não, evidentemente».

E por pensar assim, e por sentir assim é que o nosso homenagem não se abate nem desespera. O pesadelo não tira ao sonhador o gosto de sonhar. Êle sabe que a perfeição mais sólida não é aquela que nasce sem jaça; é aquela que se forma de todos os erros corrigidos.

José Augusto, derrotado, é tão bom democrata, é tão fiel às suas convicções liberais como nos seus quarenta anos de deputado e político, quando êle se erguia vitorioso nos braços do seu povo, do bravo povo potiguar.

Mas se esta é a nossa maneira de ver, se esta é a nossa interpretação, a dêle e a nossa, de homens experientes, couraçados de filosofia para encarar com indiferença e compreensão, a adver-

sidade mais dura, pode ser que não seja a interpretação dos puramente sentimentais, dos apaixonados, dos impetuosos. Estes, na sua revolta, pedem menos um prêmio para os grandes sacrificados do que um castigo para os grandes ambiciosos. E são exatamente êsses os impetuosos, os apaixonados, os espontâneos e os simples, são exatamente êsses os que um dia darão a José Augusto a vingança que êle não deseja. Mas, nós outros, o mais que podemos lhe dar é êste confôrto, o confôrto desta homenagem, da nossa amizade, do nosso aprêço, da nossa admiração.

Meu velho, querido e luminoso amigo, da minha parte o que lhe peço e recomendo é que nas suas horas de melancolia se lembre sempre desta hora, cheia de sinceridade, tão espontânea e amorável. Neste mundo, neste vão e dourado mundo em que o menos que se padece é o desespero da infinita dúvida e o mais que se aproveita é o afago da vaidade nas fugidias horas de ventura; neste vão e dourado mundo, a nenhuma criatura é dada compensação mais alta do que esta da generosa, límpida, pura, consoladora amizade.

É esta a nossa compensação ao grande amigo, ao grande democrata, ao grande brasileiro, com os votos que fazemos a Deus para que Êle não permita que o travor da descrença e da decepção abata, por muito tempo, o espirito e a consciência daqueles que sempre creram e esperaram na Sua Verdadeira e na Sua Justiça. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

Durante o discurso do Sr. Alcides Carneiro, o Sr. Ruy Santos, 3.º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nereu Ramos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. Carvalho Sobrinho.

O SR. CARVALHO SOBRINHO — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu eminente colega, Deputado José Augusto! — Ao compor sua brilhante antologia sobre a «Sabedoria de Israel», *Lewis Browne preferiu*, como padrões de compilação, certos livros da Bíblia, notadamente o dos Provérbios, o de Job e o Eclesiastes que, no gênero, pertencem àquela categoria denominada *Literatura Sapiencial*.

E, para não retirar ao seu trabalho o conteúdo ético, não resolveu o enorme acervo de escritos exotéricos de Israel, nem das obras teosóficas e escatológicas. Expunziu-o da cabala representada pelos aforismos — os de caráter gnômico de preferência aos gnósticos. Evitou citar fragmentos estritamente teológicos e de interesse sectário, para dar-lhe, com ênfase, fisionomia menos teísta que humanista.

Destarte, quando se refere ao Talmud, ao Midrash, aos Códigos e a outros textos rabínicos; quando se demora no exame da filosofia hebraica de um racionalista como *Maimonides*, ou de um hereje como *Spinosa*, sempre procura, nessas fontes, aquêlê conteúdo, de valor universal, portanto.

Eis porque, Sr. Presidente, nas vacilações do incerto momento político, justifico, neste rápido bosquejo à literatura judáica, não me encontrar compelido a respigar as searas de *Abraão*, *Moisés* e *Salomão*, por preferir a antologia de *Lewis Browne* ao Santo Evangelho, segundo São Lucas, a cuja Prefação aqui sempre andei atento e penitente, qual modesto Teófilo.

Se tal não ocorresse, seria conduzir-me, heresiarca, na perseguição ilusória de certas auras benfazejas, que, tôdas elas, andam agora arejando perspectivas israelitas a postos de destaque em nosso País...

Vejo, nesses livros bíblicos, Sr. Presidente, máxime em dias tão agnósticos e de tantos negativismos, apenas um largo caminho de ilustração, que não se vincula a nenhum culto ou credo

especial, mas que representa tranqüila estrada às viagens do pensamento, calcada nos alicerces da ética e orlada pelos ensinamentos da moral.

Por essa mesma e larga estrada, podem caminhar todos os homens de boa vontade, de qualquer credo ou culto, assim como, por ela, vem palmilhando, há 40 anos, nesa Casa, o eminente Deputado José Augusto — flor de civilização e bondade, neste nosso escaldante plenário de ecletismos tropicais.

Por isso, Sr. Presidente, não é sem fundadas razões que eu me sinto hoje conduzido para a «Sabedoria de Israel», quando devo, com efusão de alma, associar-me, partidária e pessoalmente, às justíssimas homenagens devidas e proclamadas ao nosso querido Deputado José Augusto.

Inserto no «Livro do Levítico», de que se socorreu *Lewis Browne*, para reivindicar e assegurar aos hebreus a prioridade no campo da legislação esclarecida, o «Código de Santidade» é um monumento de infinita grandeza, nascendo da bôca milagrosa do Senhor, para estas sublimes palavras de advertência a Moisés:

«Tu serás santo, porque eu o Senhor, Teu Deus, sou santo. Venera de ti, teu pai e tua mãe, e observa os meus sábados, já que eu sou o Senhor, teu Deus. Não adores ídolos e não te convertas em ídolo, desde que, o Senhor, sou o teu Deus.

«Quando segares a colheita das tuas lavouras, não ceifes o campo até aos cantos e não respigues as espigas que ficaram. Não colhas todos os cachos do vinhedo nem os frutos caídos do pomar; deixa-os aos pobres e aos forasteiros, porque eu, o Senhor, sou o teu Deus.

«Não furtas, não enganes, não mintas ao teu próximo. Não jures falso em meu nome, que assim profanarias o nome do teu Deus, o meu nome, o nome do Senhor.

«Não pratiques fraude, em detrimento do teu próximo, não o despojes do que lhe pertence; os salários dum cultivador a jornal não devem ficar nas tuas mãos até ao outro dia.

«Não maldigas do surdo: não ponhas estorvos no caminho do cego. Venera o teu Deus, eu, o Senhor.

«Não cometas injustiça num processo, nem mostrando parcialidade com o pobre; nem favorecendo o poderoso; julga justamente o teu próximo.

«Não faças o papel de intrigante contra o teu próximo, nem te protejas com a vida alheia, desde que eu sou o Senhor.

«Não tenhas ódio aos teus compatriotas. Não censures o teu próximo, sem ter certeza; e não incorras em pecado por causa d'êle. Não pratiques vingança, nem alimentes rancor contra os da tua raça; ama o teu próximo como a ti mesmo, desde que eu sou o Senhor.»

(*Levítico*, 19:11 — 5,9 — 18).

Em sua longa e virtuosa vida de perfeito cidadão e homem público — vida talvez tão longa, tão penosa no patriotismo e na predestinação do seu humanismo a serviço de sua terra, quanto a daquele que o Pentateuco considera o libertador de seu Povo — V. Ex^ª, eminente Deputado José Augusto, foi e é, no consenso unânime desta Casa e fora dela, um alto espírito de dignidade humana na prática constante dêsse Código de Santidade, que foram as palavras do Senhor, lançadas e abrigadas no generoso coração de Moisés. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. Raul Pila.

O SR. RAUL PILA — (*Palmas. Lê o seguinte discurso*) — Quarenta anos de vida parlamentar, Sr. Presidente, completa José Augusto: quarenta anos de vida pública na sua mais pura forma, na forma que não envolve o exercício do poder e as suas perversões.

A vida pública é, por definição, renúncia. Não pode cuidar dos outros quem só, ou principalmente de si mesmo cuida. Esta é a doutrina, mas da doutrina à prática há sempre grande distância. Há muito quem cuide dos outros, mas cuidando principalmente de si. Não os censuro, já que certos só de si cuidam.

José Augusto, Sr. Presidente, viveu nestes quarenta anos a verdadeira vida para si, senão na medida em que o viver para si é a base indispensável do viver para outrem.

Este homem suave e sorridente, que vai beirando a velhice e é espiritualmente mais moço que muitos jovens, completa quarenta anos de vida parlamentar e os completa, deixando-a. Note, Sr. Presidente, que eu disse deixando-a, não renunciando-a. José Augusto não abandonou o Parlamento, pois a sua atmosfera, por mais contaminada, é sempre a atmosfera em que melhor respiram os homens livres. José Augusto não abandonou o Parlamento: tiraram-no d'êle.

Ingratidão dos homens? Poderia ser: a gratidão não é das virtudes que mais prosperam na vida. E bem me parece que assim seja. Não é o passado o que ela visa, mas o presente e o futuro. Quem deu o que podia dar, não pode por isto, pretender dar o que já não pode.

Não é este, porém, o caso. Não houve ingratidão, pois o eleitorado elegeu José Augusto. E, se ingratidão tivesse havido, não se explicaria ela, pois José Augusto, que tantos serviços prestou, está em condições de os continuar prestando ainda maiores: a juventude tem a energia, a madureza tem a experiência. O que houve, Sr. Presidente, foi depuração mais condenável do que as que outrora se faziam no Congresso porque feita por órgão do Poder Judiciário.

T

A imolação de José Augusto, Sr. Presidente, cria para a próxima Câmara um dever indeclinável: o de corrigir os vícios, as debilidades da nossa legislação eleitoral. Que adianta que o cidadão possa votar livremente, se na apuração, feita embora sob a égide da Justiça, o seu voto pode ser escamoteado, como era quando um poder essencialmente político decidia o resultado do pleito?

Deixa hoje o nosso convívio um veterano deputado. Mas, não somente veterano, senão também representante de outra escola política. Os parlamentares formados na monarquia tinham uma escola; outra, os que surgiram com a República; muito outra os que nesta quadra vão aparecendo. Farei o cotejo entre elas? Não, Sr. Presidente. Direi apenas que todos quantos a conhecemos temos imensa saudade da escola em que se formou José Augusto. Por isto, parece-nos estar perdendo muito mais que um grande companheiro: é uma concepção da vida pública que com êle se vai. Hoje, avaliam-se as coisas por outros estalões.

Felizmente, Sr. Presidente, deixando hoje o Congresso, não se exclui José Augusto da vida pública. A outra missão já se vê êle destinado. Não é de encerramento esta solenidade, com que se assinalam os seus quarenta anos de vida parlamentar e que êle, entre irônico e melancólico, queria interpretar como um sepultamento. Não, Sr. Presidente: o grande e alto espírito público de José Augusto continuará servindo o Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS — Sr. Presidente, nesta sessão, ao mesmo tempo íntima e solene, do mesmo passo jubilosa e tocante, em que rendemos as homenagens do nosso aprêço, da nossa confiança e da nossa gratidão a José Augusto Bezerra de Medeiros, talvez não fôsse desarrazoada, mesmo por se tratar desta grande figura de deputado brasileiro, fazer algumas recordações em tôrno da própria instituição parlamentar em nosso país.

Na verdade, há mais de século, há quase século e meio, que o Brasil exhibe ao mundo a continuidade de um Poder Legislativo de que poucas democracias se poderão orgulhar. A instituição da Assembléa Constituinte de 1823, dissolvida na famosa noite de agonia de 12 de novembro; a restauração do Poder Legislativo com a Assembléa Geral de 1826, que perdurou através dos altos e baixos da vida do antigo regime, até o raiar da madrugada de 15 de novembro; a vinda da Assembléa Constituinte e o seu soerguimento no Congresso ordinário, que só em 1930 assistiu ao próprio colapso; a restauração, em 1933, dos Poderes Constituintes da República e a continuação do seu Poder Legislativo ordinário, até o golpe de Estado em 1937 e, por fim, o renascimento do Poder Legislativo em 1945, para até hoje se manter galhardamente no exercício de suas prerrogativas e atribuições, são tantos motivos de confiança e de júbilo patriótico, são tantas recordações que nós brasileiros poderemos desfraldar em face dos continentes.

José Augusto, dentro do quadro republicano dêste Poder, se vantagem e mesmo se agiganta, de forma a prosseguir nos exemplos de seus maiores e de forma a servir êle próprio de exemplo a seus continuadores necessários. Teve como berço a terra heróica do Rio Grande do Norte, aquela capitania privilegiada que foi, por assim dizer, o último bastião da conquista civilizadora de nosso litoral, no século XVI; aquêlê Rio Grande do Norte que se defendeu no crepúsculo, do primeiro século de nossa colonização contra as invasões alienígenas e que plantou, não longe do litoral, não longe do rio histórico do Potengi, não longe da admirável praça forte de Natal, aquela fortaleza que desafiou séculos como símbolo da continuidade brasileira e que é o forte dos Reis Magos,

aquêle grande forte, atalaia da costa Leste-Oeste, atalaia da costa Norte-Sul. O Rio Grande do Norte, pela sua configuração geográfica e pela sua localização histórica é o vértice para onde convergiram as duas grandes forças da linha sul-norte e se expandiu da costa Leste-Oeste, dos baixios das Guianas e alagadiços do Amazonas, cobrindo todo o litoral do Nordeste e a força que se irradiou da linha Sul a Norte, partindo da capitania de São Vicente e dos exploradores da Bahia. Foi o Rio Grande do Norte, terra pequenina e heróica, vértice que enfeixou e coorou duas grandes correntes da civilização e foi a Cidade de Natal e foi o Forte dos Reis Magos, construído pelo grande jesuíta Gaspar de Sampsés símbolos dessa firmeza brasileira, desafiadora, diante do Atlântico e protetora, diante das selvas do *hinterland*. Do Rio Grande do Norte, desde a Independência, partiram para Lisboa e para a Capital do Império grandes figuras de parlamentares. Devemos recordar, no Senado, na época imperial, a figura de Dom Manuel de Assis Mascarenhas, o exemplo da vibração e da combatividade na tribuna; o nome aureolado de Sales Tórres Homem, Visconde de Inhomirim, um dos maiores estadistas da República, um dos maiores oradores parlamentares dos fastos de nossa vida política e um dos maiores Presidentes do Conselho de tôda a História do Brasil Imperial — Sales Tórres Homem, Visconde de Inhomirim, Senador pelo Rio Grande do Norte. Na República, mencionaria meu velho mestre, meu grande amigo Augusto Tavares de Lira, a quem tantas vezes tenho recorrido, a cuja velhice saturada de saber tantas vezes me tenho dirigido para esclarecimentos e para conselhos. Poderia lembrar ainda o nome do grande historiador Tobias Monteiro, autor do maior monumento da historiografia nacional na matéria dos fastos imperiais. Entre os deputados, recolhi, ao acaso, da nossa história parlamentar, na primeira metade do século passado e no dealbar do Império predecessores à altura de José Augusto, homem como o Padre Brito Cunha, grande latinista, autor de poesias memoráveis na língua de Cícero e de Tácito; Basílio Torreão, o revolucionário de 1817 e o revolucionário de 1824, homem que partilhou as agruras do cárcere com o primeiro Antônio Carlos e o homem que desfraldou, nas caatingas do Nordeste, com risco da própria vida, a bandeira estrelada da República do Equador. Recordarei Targinio de Sousa, meu antecessor na cátedra de Direito Constitucional, velho parlamentar, ilustre jurista, cujo nome ainda hoje se encontra num de seus descendentes ilustrando a historiografia brasileira. Citarei Juvenal Lamartine, que foi colega de José Augusto nesta Casa e do qual recebi, ainda há pouco, uma carta, cego que está — velhice gloriosa, carta ditada para uma neta —

onde ministrava conselhos e ensinamentos sôbre nossa vida política; Elói de Sousa, outro contemporâneo, graças a Deus ainda vivo em sua cidade, irmão da poetisa Auta de Sousa e de Henrique Castriciano, o grande bardo, o grande cantador da poesia nordestina. Elói de Sousa — membro do Jardim de Infância, companheiro, como José Augusto, de Carlos Peixoto, de James Darcy e de outras grandes figuras dêsse grupo de mosqueteiros juvenis — também aqui representou essa terra gloriosa de tradições parlamentares. Finalmente, mencionarei José Augusto Bezerra de Medeiros que, no dia de hoje, há quarenta anos, com sua figura pequena e vibrátil, com sua cabeça ainda encimada de cabelos pretos e com seu bigode retorcido, à moda daquela época dos punhos duros e das botinas de elástico, do fraque e do «Grande Hotel» da Lapa, José Augusto, aqui entrou, desconhecido ainda, visto que suas atividades se tinham confinado no cenário provincial, mas que, desde logo, se revelou entre seus pares, participando das mais importantes comissões desta Casa e participando também com ardor, com fulgor, com eficiência, com patriotismo, com devotamento e até mesmo com devoção cívica, dos mais acurados, dos mais complexos, dos mais importantes debates que, neste plenário, se feriram. Participou da Comissão de Instituição Pública durante seis anos consecutivos; participou, com o coração confrangido e a mente lúcida, da Comissão de Obras contra as Sêcas, representando, como jurista e como técnico, o sentimento daquelas populações desprotegidas e desgraçadas; participou, e é com emoção que o digo, e é com saudade que o recordo, participou, ao lado de Melo Franco, da Comissão do Código Civil, Comissão de que Carlos Peixoto não participou e, por isso mesmo, dizia, com seu orgulho abatido, com sua vaidade acutilada, a sua justa vaidade de grande homem que êle era, que aquela Comissão, de que José Augusto participava, era uma espécie de super-Câmara, uma espécie de Olimpo, cuja sabedoria era determinada pela Mesa.

Participou da Comissão de Código Civil, que levou avante a tarefa gigantesca de elaborar a nossa grande lei de Direito Privado, lei que, desde o projeto Clóvis — que digo eu? — desde o Império, desde o esbôço de Teixeira de Freitas, desde o estudo de Coelho Rodrigues, desde as tentativas de Nabuco, andava esbarrada e confundida na estagnação das gavetas dos Parlamentos, e que, depois de Teixeira de Freitas, depois de Coelho Rodrigues, depois de Nabuco, partindo do projeto Clóvis Beviláqua, ficou prêsa no Senado, graças ao quante repressor de Rui Barbosa, veio para esta Casa e aqui se desenvolveu, e aqui se aprimorou, e aqui se desenformou em um organismo vivo, em uma lei admirável, que ainda hoje, apesar do seu atraso natural e das suas deficiências

inevitáveis, constitui motivo de orgulho não apenas para a cultura jurídica do Brasil, mas para a cultura jurídica do próprio Continente.

Saudamos no grande Deputado o homem que contribuiu com as luzes do seu saber para a obra admirável da Grande Comissão do Código Civil, de que, talvez — não estou seguro — com Joaquim Pires e Mavignier é um dos sobreviventes.

Temos, portanto, Sr. Presidente, diante de nós, na data de hoje, uma figura tutelar das nossas instituições democráticas.

Temos diante de nós um homem que atravessou 40 anos de vida política, como Moisés atravessou o Mar Vermelho, sem se molhar nas vagas da lama da corrupção. Temos diante de nós um homem que sai desta Casa tão pobre como aqui entrou. E, mais do que isso, Sr. Presidente — e é com orgulho que o digo, e é com alegria que o proclamo, e é com desvanecimento que o reconheço — é um homem que sai desta Câmara, aos 70 anos, mais jovem de espírito e mais confiante no futuro do que quando aqui entrou. (*Muito bem, Palmas*).

O Sr. *Amando Fontes* — Permita-me V. Ex^ª, um intelectual que, ao dar êste aparte, eu invoque a minha qualidade de simples escritor, de um humilde escritor dêste país. E eu o faço para declarar que o apreço, o afeto, o respeito que todos nós que lidamos com as letras dedicamos à figura do eminente brasileiro neste momento homenageado, Deputado José Augusto, reside sobretudo na circunstância de que S. Ex^ª, exercendo atividade administrativa ou política, sempre deu melhor de si às coisas do espírito.

O SR. AFONSO ARINOS — Muito obrigado ao ilustre Deputado.

De resto, o Deputado Amando Fontes, que hoje deixa também o convívio dos seus pares, é uma das figuras mais ilustres desta legislatura, e é com prazer que, neste momento, lhe rendo as homenagens da minha admiração.

Mas, Sr. Presidente, dizia que o jovem Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros, com a sua vibração intensa, com a presteza da sua emoção, com a — se me permite o meu querido amigo — instantaneidade das suas fúrias, com a vivacidade de suas respostas, tanto vocais como sentimentais, é, de fato, um homem a quem a velhice não feriu, é um homem a quem a experiência não marcou, é um homem a quem a vida, com as suas lutas, não fêz declinar. Se eu pudesse, se eu quisesse salientar, entre os inumeráveis atributos dessa gloriosa figura de José Augusto Bezerra de Medeiros,

que não é apenas orgulho do meu Partido, mas também orgulho desta Câmara (*muito bem*), um traço mais marcante do que os outros, diria que êsse traço é a mocidade, diria que êsse traço é a juventude permanente, diria que êsse traço é a prontidão, o estado de alerta, a resposta pronta.

José Augusto Bezerra de Medeiros, com a sua inteligência aberta a tôdas as inquietações do século, é um homem que não reage ante as inovações do Direito Social — e não é à-toa que fêz parte da Comissão de Legislação Social quando ela se constituiu. É um homem que não se prende ao rameirão e à rotina das teorias educacionais. Como educador que é, como Presidente da Associação Brasileira de Educação, tem-se colocado sempre ao lado de tôdas aquelas idéias, de tôdas aquelas doutrinas, de tôdas aquelas medidas que querem transformar a educação, a fim de colocá-la ao serviço da personalidade humana, como se impõe aos novos destinos da cultura.

É um homem que em todos os departamentos onde exerce as suas atividades tem sempre marcada esta posição peculiar e altamente atraente, que é a da sua juventude.

Quando falo, portanto, Sr. Presidente, no glorioso passado de 40 anos de José Augusto, não me esqueço de seu futuro, que também auguro glorioso.

E é em nome dos companheiros da União Democrática Nacional, é em nome de uma delegação, para mim honrosa, que recebi de funcionários desta Casa, pela voz do Dr. Sylvio Vianna Freire, Diretor da Taquigrafia, e ousou dizer que é em nome da tribuna de imprensa, que tem assistido aqui ao perpassar esfuante de José Augusto na tribuna, no plenário e nas Comissões; é em nome da assistência que aqui vem coroar com sua presença afetiva o velho parlamentar; é em nome do Parlamento do Brasil, José Augusto, que te digo: bravos pelo teu passado, confiança no teu futuro! (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Gustavo Capanema.

O SR. GUSTAVO CAPANEMA — (*Palmas*). (*Não foi revisto pelo orador*). Sr. Presidente, estou chegando de uma viagem. Digo-o para desculpar-me por não ter podido sequer pensar no modo por que desenvolver êste discurso. Falo, pois, inteiramente de improviso. Reconheço, porém, a minha sorte, porque acaba de deixar a tribuna o admirável orador que é o Sr. Afonso Arinos. Certamente, alguns colegas já terão dito e outros ainda irão dizer palavras dignas da maior atenção a respeito do eminente homenageado. Mas, ao ouvir agora o discurso do meu prezado companheiro, Deputado Afonso Arinos, não tenho a menor dúvida em assinalar que aí está a peça central do nosso preito, aí está o retrato completo e perfeito de José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Agradeço a generosidade de V. Exa.

O SR. GUSTAVO CAPANEMA — Aí está a oração que cada qual de nós desejava proferir; aí está, afinal, aquilo que eu poderia chamar o discurso da Câmara. Fazendo-o meu, quase me seria lícito interromper aqui estas considerações. Não o faço, todavia, porque me sinto atraído a dizer qualquer coisa, mesmo qualquer coisa de velho e de repetido, a propósito de José Augusto, ainda que seja para repisar algum conceito antigo e sair da tribuna arrependido de minha loquacidade. Sinto, portanto, necessidade de dizer alguma coisa, para com isso mandar daqui meu abraço de afeto a êsse querido companheiro.

Sr. Presidente, José Augusto é homem a quem nós, na Câmara dos Deputados, nos habituamos de longa data a admirar como a figura perfeita do parlamentar e, por isso, nêle podemos apontar à Nação, o protótipo do político de alta categoria.

Foi sempre vêzo dos historiadores, dos homens de letras e do povo, encarnar no homem de força, no homem de violência, no homem de autoridade, o tipo acabado do político. O homem que comanda com a força, com a violência e com a autoridade seduz, arrasta as multidões e se aureola com a categoria e o prestígio dos grandes nomes. Não tenho, contudo, a menor dúvida de que é certa e cheia de sabedoria a sentença chinesa que assevera ser o grande homem uma calamidade pública, porque o povo se habituou a ver no grande homem uma expressão de autoridade, de violência e de força. A história acostumou-se a ver no grande homem o homem perigoso, o homem que ameaça, o homem que intimida, o homem que assusta. Daí, aquela conclusão da filosofia popular chinesa.

Mas é fora de dúvida que há aí um simples paradoxo, porque o grande homem será antes o salvador, o protetor; será antes aquêlê que irradia continuamente a bondade e a justiça, a misericórdia e o socorro; será antes aquêlê que, longe de intimidar, protege, longe de vencer pela fôrça, domina pela justiça.

Quem não percebe logo que José Augusto se filia ao grupo de grandes homens que só o conseguem ser pelo prestígio do espirito, pela convicção de que muito mais poderoso do que a fôrça é o poder da intelligência e do coração ?

Ainda há três dias, contava eu ao prezado colega e amigo, Sr. Aliomar Baleeiro, a pequena história que acabara de ler, a autobiografia, digamos assim, de Teseu, estampada num dos últimos livros de André Gide.

Teseu dizia que ia contar, não, infelizmente, para o filho, porque êste já estava morto, mas para o povo, a sua história. E narra todos os seus grandes feitos de fôrça; narra, principalmente, aquella maravilhosa façanha do domínio do minotauro. Mas o admirável ateniense orgulha-se sobretudo — e disso fala demoradamente — por haver conseguido organizar a Ática e fundar, na cidade de Atenas, um govêrno político; orgulha-se por haver logrado transformar aquella horda em um povo; orgulha-se, enfim, por haver realizado uma obra de intelligência. E, então, pondera: “Posso dizer que fui maior do que meus antecessores, maior do que Hércules e do que outros que realizaram tantas façanhas quantas eu realizei. E digo que fui maior do que êles, porque, não tendo aplicado somente a fôrça, mas também a intelligência, consegui organizar um povo”.

Veja, Sr. Presidente, vejam os Srs. Deputados o prestígio da intelligência na formação da mentalidade do grande homem.

Creio mesmo não haja um grande homem de Estado cuja mentalidade não tenha como linha dominante a intelligência.

Ora, em José Augusto, que já exerceu cargos executivos e legislativos; que já deambulou em todos os setores da vida pública brasileira, jamais teremos visto o gesto ofensivo, o gesto autoritário; dêle jamais teremos ouvido a palavra de violência e de maldade. Todos sabemos que José Augusto só comanda pelo resplendor, pelo fulgor, pela sugestão da intelligência. Êsse, o traço marcante da sua personalidade política. Por isso mesmo, se quisermos que nosso país viva numa afetuosa, fraterna e cordial democracia, devemos apontá-lo como exemplo do homem público às gerações futuras do país.

Ê normal entre nós — e esta já é outra face do meu discurso — a admiração pelos homens do Poder Executivo. Ê comum a preocupação de atingír as posições dêsse Poder, porque, infeliz-

mente, fomos criados, pela nossa história afora, uma espécie de preconceito, qual o de que a carreira política só nêle atinge a sua culminância, de que sômente nêle o grande homem se realiza integralmente. É preciso que comecemos a mudar êsse modo de ver as coisas políticas. Quero crer que na vida parlamentar possa perfeitamente residir a finalidade mais alta da carreira política, ainda que mantenhamos o regime presidencialista. Mesmo que não marchemos para o parlamentarismo, mesmo que continuemos fiéis aos postulados presidencialistas, devemos desejar que o polo político se desloque para o Poder Legislativo, que o prestígio da mentalidade política se transfira para êste Poder, e que uma grande carreira possa ser inteiramente realizada no Parlamento. Devemos fazer votos para que os jovens aspirem a desenvolver, dentro do Congresso, tôda uma carreira pública, passando a trajetória no Executivo a ser um episódio, um episódio sem dúvida brilhante, um episódio sem dúvida extraordinário, um grande episódio, mas a atividade parlamentar, esta sim, o núcleo, o cerne, a base, a substância da carreira política. Aquêles que tiver conseguido desenvolver, no Parlamento, uma grande atuação, mesmo que jamais haja sido Secretário de govêrno, mesmo que nunca tenha alcançado a governança de um Estado ou ocupado algum Ministério ou, ainda, atingido a Presidência da República, poderá dizer que realizou, com plenitude, uma grande carreira política. Ainda aí, José Augusto é um exemplo: é o exemplo do cidadão que, pela cultura, pela inteligência, pela austeridade, pela compostura, pela dignidade moral, pela afanosa diligência, por todo um conjunto de qualidades morais e intelectuais e de dotes cívicos, inclusive pela suavidade de seu temperamento, pelo seu sorriso, pela sua resistência física na tribuna, pela sua energia de expressão, constitui o exemplo vivo do parlamentar completo. Apontemos, pois, êste parlamentar como modelo para a carreira política e honremos nêle, já agora, não apenas o homem merecedor da nossa admiração, mas um padrão para a mocidade.

Sr. Presidente, quem improvisa, como o faço agora, corre o risco de se tornar ilógico, confuso, inconsistente. Por isso, volto a dizer: tudo quanto afirmei nesta tribuna de original vai à conta da estima pessoal, da admiração fraterna, do desejo de render afetuoso tributo ao nosso prezado amigo e colega José Augusto. Mas o discurso pròpriamente dito, o discurso oficial, o discurso da Câmara, como já o asseverei, quero que seja o do Sr. Afonso Arinos, que pintou, tão seguramente, tão admiravelmente, tão clàssicamente, o retrato maravilhoso do grande homem público brasileiro que é José Augusto. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Aluísio Alves.

O SR. ALUÍSIO ALVES — (*Não foi revisto pelo orador*)
— Sr. Presidente, no momento em que a Câmara presta tão significativa e tocante homenagem ao Deputado José Augusto, não deve, não pode faltar a palavra da bancada do Rio Grande do Norte. Não venho aqui fazer a biografia dêsse eminente homem público do meu País. Ele é, por assim dizer, livro aberto ao conhecimento do mundo político do Brasil, e todos os ilustres oradores que aqui passaram já salientaram os traços marcantes da personalidade do Deputado José Augusto, sua extrema fidelidade aos princípios, profunda concepção do poder democrático, extraordinário espírito de renúncia, estilo político que honra realmente a história da República brasileira.

Venho, em nome do Rio Grande do Norte, agradecer ao Brasil a homenagem que é prestada ao grande filho do nosso Estado por figuras de partidos de várias tendências, correligionários e adversários, todos reconhecendo no Deputado José Augusto um daqueles homens em que a Nação sempre teve o direito de confiar, um daqueles homens que marcaram sempre, pela sua inteligência, pela sua dignidade, pela sua cultura, um ponto de referência, um ponto alto, um lugar honroso na história política do Brasil.

Venho também, Sr. Presidente, e com justa humildade, pedir desculpas ao Brasil, porque, no jôgo dos imprevistos eleitorais, não pudemos restituir a esta Casa o grande parlamentar que a honrou durante 40 anos de vida pública. Venho pedir desculpas, mas ao mesmo tempo dizer, com orgulho, que o que nos conforta, o que nos enobrece, a nós, riograndenses do Norte, a nós, geração política mais nova do Rio Grande do Norte, é que José Augusto, dentro desta Casa ou fora dela, em qualquer pôsto da vida pública brasileira, honrará sempre o Rio Grande do Norte e prestará sempre ao Brasil os inúmeros serviços compatíveis com a sua alta inteligência e com a sua alta dignidade.

Sim, Sr. Presidente, o Rio Grande do Norte está grato ao Brasil, como o Rio Grande do Norte está orgulhoso do Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Vieira Lins.

O SR. VIEIRA LINS — *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, já não esperava mais ocupar a tribuna desta Casa, sob qualquer pretexto, quando esta festa do coração me conclamou com tal veemência que a ela não pude fugir.

Depois do brilhante discurso do líder Afonso Arinos, em que S. Ex^ª fez o estudo cuidadoso da vida política do Deputado José Augusto, historiando e analisando todo o seu passado, todo o seu mérito político, as suas atitudes, os seus rasgos de inteligência e de eloquência, as suas demonstrações de cultura e, sobretudo, seu caráter, sempre surgindo à tona nos momentos em que a vida parlamentar isto reclamava; depois desta oração, que é um estudo completo, nada me resta a dizer, sob êsse prisma.

Ao mesmo tempo, o discurso do líder Gustavo Capanema sobre a personalidade do homenageado, as suas qualidades de homem bom, de homem honesto, de homem justo, de homem digno; êsse discurso, abrangendo tôdas as facêtas, feito sob todos os prismas e tôdas as formas, também não me deixa margem para prosseguir, nesse setor.

Perguntaria eu, entretanto, a mim mesmo: se não há que dizer mais da sua personalidade, se não há que dizer mais do seu passado político, por que, então, ainda falar alguma coisa? Por que a teimosia de agrupar palavras, simples e humildes, sem brilho, sem calor e sem nexos (*não apoiados*), a todo aquêlé arregimentado de noções elegantes, perfiladas nos dois discursos já ouvidos e referidos?

Responderei a mim mesmo: — Os homens não se destacam, os homens não crescem, os homens não se avolumam apenas à vista dos mais doutos, à vista dos mais capazes, à vista dos que compõem as mais altas camadas sociais. Êles também aparecem, êles também se retratam, êles também se descobrem à vista dos mais modestos, à vista dos menores, à vista dos que formam a grande multidão dos desamparados e que nada têm para amparar os outros — os humildes do Brasil, os trabalhadores nacionais, os homens que represento nesta Casa. É aquela gente pequena, aquela multidão descalça que, pela terra do berço de José Augusto, palmilha os corredores quentes das fazendolas em busca do jeri-

mum, em busca do que lhes falta; é aquela gente que não tem instrução, porque não chegou a conviver com as escolas; é aquela gente que apenas sentiu o senso religioso da vida pelo direito único do culto de Deus à porta da Igreja, na contemplação da Cruz; é aquela gente humilde que te olha, José Augusto, que te observa e que te estima, porque ela sentiu sempre, em todos os seus momentos de angústia, a luz de tua inteligência e a benevolência do teu coração!

É por êsses homens que te saúdo e te digo: És o exemplo dos de amanhã, como foste o exemplo dos de ontem! (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Raimundo Padilha.

O SR. RAIMUNDO PADILHA (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, meus nobres e eminentes colegas.

Por um consenso admirável de opiniões, levados, vamos dizer, pelos sufrágios que partem tão-sòmente de nossos corações, cada um de nós abandonou, provisòriamente, sua liderança nesta Casa, mesmo aquêles que a haviam conquistado pelos seus títulos naturais e pela sua posição política, porque, nesta tarde, elegemos José Augusto Bezerra de Medeiros líder exclusivo da Câmara dos Deputados!

Na tarde de hoje, são os últimos votos que aqui fazemos, são as últimas palavras que desejávamos fòssem consignadas nas urnas que se chamam os nossos corações.

José Augusto completa 40 anos de vida parlamentar, 40 anos de atividade pública, 40 anos em que os acontecimentos mais consideráveis marcaram uma época da História.

Começa a sua vida pública, contemporânea das batalhas do Marne e de Somme, quando se dizia, e ainda se afirma, que a civilização moderna acabava de receber o seu impacto decisivo e se processava a sua irremediável transformação. Assim ainda o declaram aquêles intérpretes da História, para quem a sociedade daquela época tinha sido golpeada de morte e ia receber o tiro de misericórdia às margens do Oder. Entre 1915 e 1945, verifica-se um processo histórico fabuloso nas suas transformações e nas suas múltiplas conseqüências.

Quarenta anos de vida pública é um ciclo histórico inteiro apreendido, ou que se integra numa vida humana.

É o espectador de um dos mais formidáveis espetáculos que a civilização já nos ofereceu. Êsse choque tremendo de culturas, êsse instante de transformações, talvez mais ciclópico, do que a queda do Império Romano, esta civilização que por assim dizer nasce, ou renasce das cinzas de Hiroshima para projetar-se talvez sob melhor inspiração, na realização de outra era humana, mais cristã, mais harmônica, mais solidária. Mas José Augusto viveu

bem a sua época. Infeliz do homem que não se integra no seu tempo. O verdadeiro estadista, o verdadeiro homem público não é aquêlê que se atira aos azares das lutas políticas cotidianas, das múltiplas combinações a que somos forçados dentro dêsse processo de química política que é, por assim dizer, o fadário de nossa própria vida, mas, sobretudo, aquêlê que se integra na sua época pelo conhecimento pleno da história e das idéias de seu tempo, aquêlê que não tem a capacidade de universalizar os seus conhecimentos, de ampliá-los, de estabelecer o nexô indispensável entre os acontecimentos mundiais e os acontecimentos da vida nacional, essa iteração inevitável incidente dos choques de idéias e de cultura sem os quais não há possibilidade de progresso humano. Aquêlê que não se integra no espirito dentro da ciência histórica, que é a própria base da ciência política, quer-me parecer que não é autêntico homem de Estado. É nisto que temos de ressaltar a personalidade admirável de José Augusto. Parou êle no tempo? Será que ficou na concepção vitoriana destruída em 1918? Será que êle não aproximou a sua admirável inteligência com os acontecimentos formidáveis que, por assim dizer, criaram essa nova ordem de coisas, ainda não sedimentada? Não. Muito ao revés, o grande parlamentar, é, para nós, mais moços, êste exemplo admirável, não apenas de uma atitude moral, de uma atitude política, mas, sobretudo, de uma atitude intelectual, no campo das idéias. Além do mais, é, no sentido mais alto da expressão, um realista. Que será um realista? Será aquêlê que faz do malabarismo da vida política o alfa e o ômega da sua atividade? Será aquêlê maquiavelismo de segundo grau para quem história não é o registro da atividade moral dos homens na apreciação das grandes atitudes heróicas e de um processo de crescimento progressivo da cultura, no sentido da realização do bem público e do bem social? Será êsse maquiavelismo, mercê do qual nós perdemos tôda possibilidade de nos comunicarmos com a expressão sincera dos nossos mais profundos sentimentos? Será êste o realismo autêntico, o realismo interpretativo ou interpretador de uma realidade econômica, de uma realidade social, de uma realidade política, de uma realidade sentimental, cujo conjunto e cuja complexidade constituem, por assim dizer, uma lição para interpretação da conduta humana, em face da História, isto é, o autêntico realismo como nós o concebemos? É êste o realismo dos triunfadores, é o realismo dos vitoriosos.

Ainda agora, Senhores, um psicólogo americano, em obra recente, que há poucos dias chegou às nossas mãos, dizia esta verdade inconcussa: «A desordem do momento, o mal-estar que o mundo todo vive, essa angústia universal, êsse sofrimento que lacera a alma do homem é o produto da ação negativa em que

entram, sobretudo, 80% das frustrações humanas». São os frustrados aquêles que trazem essa cooperação negativa na elaboração do processo histórico contemporâneo, segundo a tradução e a interpretação do grande psicólogo americano. Ora, precisamente o que faz a grandeza da ação política é essa atitude de vitória e de triunfo que todos nós sentimos ainda quando somos derrotados. É o triunfo que se faz pela afirmação de uma personalidade moral, é o triunfo como policiamento de nossa ambição, por êsse esforço de coerção diária, através do qual conseguimos realizar plenamente a nossa personalidade sem o extravasamento das ambições mais mesquinhas. Assim é que se compreende o grande e vitorioso, e, por isso, José Augusto é, na configuração mais perfeita, o grande vitorioso, como acaba de ser consagrado nesta Casa. E, de resto, êle é a simpatia da sociabilidade. Todos que nos aproximamos dêle sentimos isso. Eu, que o conheço há tantos anos, mas que, verdadeiramente, não o conheço ainda, eu, que vim privar com S. Ex^o nestes dois anos, que vim conhecer êsse grande brasileiro, descobrir-lhe estas duas facêtas, ou estas duas características pelas quais poderíamos fazer, ou gizar a sua perfeita fotografia sentimental e moral — seria a síntese quanto possível perfeita da personalidade do nosso homenageado e isto tudo constitui o segrêdo da sua simpatia, êste tropismo, esta capacidade de atração.

Hoje, aqui, estamos reunidos, por conseguinte, numa festa dos nossos corações, quando os nossos companheiros se despedem de nós, como êste admirável Galdino do Vale, o meu amigo, o meu companheiro de todos os tempos e que, hoje, nos traz o seu abraço de despedida.

Tantos outros companheiros de meu Partido ou adversários pertencentes aos demais Partidos, quando dêles nos abandonam!

Mas não tenho dúvida em afirmar: alguém vai ficar nesta Casa diante de nós; alguém estará na nossa presença, ou melhor, havemos de cultivar-lhe a presença cada dia. Êsse alguém chama-se José Augusto. Nós o teremos presente em nossos corações.

A sua simpatia irradiante, a bondade tão imensa do seu coração fizeram com que os funcionários mais humildes desta Casa, os mais humildes servidores da Portaria da Câmara dos Deputados me procurassem em comissão, Sr. Deputado José Augusto, para que eu lhe dissesse da sua saudade imensa. São êles, os humildes trabalhadores, os humildes operários desta grande Casa que me quiseram fazer o órgão da sua amizade, da sua afeição e da sua simpatia. E, com isso, trouxeram a êste discurso, tão pobre, tão indigente (*não apoiados*), a coisa mais eloqüente, aquilo de que êle carecia como a marca superior de sua realização.

Está, por conseguinte, também, na palavra dos mais humildes funcionários da Câmara, a expressão de quanto é o grande brasileiro aqui amado, aqui respeitado e aqui tão querido.

São estas as palavras, meu prezado amigo e eminente patricio José Augusto, que desejava transmitir-lhe neste ensejo de sua despedida, posso dizer como expressão carinhosa de uma amizade, de um respeito que se acentuaram ao longo dos tempos nesta nossa vida em comum. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Daniel de Carvalho.

O SR. DANIEL DE CARVALHO — (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, na ausência do líder da bancada do Partido Republicano nesta Casa, sou convocado neste instante para dizer algumas palavras em nome desse Partido, nas homenagens que são tributadas ao companheiro que se retira da Câmara, de cabeça erguida e de coração aberto, deixando entre nós não só uma funda saudade, como os melhores votos para que a República possa aproveitar o saber, a experiência, as qualidades morais de tão eminente colega que todos nos acostumamos a estimar, a venerar e a querer como verdadeiro amigo.

Sr. Presidente, eu quisera ter sido prevenido com antecedência para preparar uma oração digna desse grande brasileiro, que não honra só o seu Estado natal, honra o Brasil e honra a política brasileira, porque, como acabamos de ouvir de ilustres oradores que me antecederam na tribuna, a sua vida pública pode ser examinada sob quaisquer ângulos, porque em todos ela brilha com raro esplendor. Ele pode dizer que não tem encruzilhada na vida e não teme devassas no seu presente nem no seu passado. É um brasileiro que, pela retidão de caráter, pelo fulgor da inteligência, honraria qualquer parlamento do mundo. (*Apoiados.*)

Entrou nesta Casa há 40 anos. Quando aqui cheguei, ainda na República velha, já o encontrei. É uma relíquia que deve ser conservada com os resguardos e os carinhos que merece uma jóia preciosa, porque é um repositório de conhecimentos, de saber, de experiência que só podia ser útil a todos os companheiros e ao manejo dos negócios da República. Entretanto, a fatalidade das coisas o conduz para fora desta Casa. Eu quisera colhêr as mais brilhantes palmas, as flores do mais belo colorido para atapetar o solo em que ele deve pisar ao sair desta Casa, como disse, de cabeça erguida. Por que, Sr. Presidente e meus colegas? José Augusto tinha o sentimento nítido da sacralidade do voto. Era, portanto, incapaz, como foi, de conspurcar as fontes puras da soberania popular, e preferiu deixar de voltar a ocupar esta cadeira, que ele tanto honrava, a enveredar por este lodaçal que nos envergonha, que foram as últimas eleições.

Sua saída desta Casa, que causa consternação a todos os republicanos puros e sinceros, deve constituir um incentivo para que os que aqui ficam e representam as belas tradições republicanas se empenhem para realizar imediatamente uma reforma eleitoral capaz de impedir iniquidades como essa de se deixar de trazer novamente para a Câmara um homem do valor intelectual, moral e afetivo de José Augusto.

Neste momento não quero alongar-me porque basta que José Augusto saiba que as minhas palavras são carregadas de sentido e de sinceridade.

O Partido a que pertenço, que sonhou e pregou o ideal republicano no Império, que procurou praticá-lo na República velha de que ambos fizemos parte, deseja que, nos novos postos a lhe serem destinados, êle possa continuar como um bandeira erguida contra a corrupção e a venalidade, lutando pela Justiça e pela Liberdade. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

T

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Flores da Cunha.

Q SR. FLORES DA CUNHA — (*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente...

O Sr. *Wolfram Metzler* — V. Ex^a vai saudar o Deputado José Augusto e falará em nome da imprensa, mas não poderá deixar de fazê-lo, também, em nome do Rio Grande do Sul. Falando nesta qualidade, pediria que V. Ex^a interpretasse o meu sentimento e o do meu Partido, Seção do Rio Grande do Sul, porque tudo que V. Ex^a sente, com referência ao Deputado José Augusto, nós também sentimos.

O SR. FLORES DA CUNHA — Sr. Presidente, chegado apenas há um dia do Rio Grande do Sul, onde estive para cumprir deveres sentimentais, não sabia que havia sido designada a sessão de hoje à homenagem que está sendo prestada ao nosso querido companheiro Deputado José Augusto.

Encontrava-me sentado em minha bancada, quando recebi apêlo dos representantes da Imprensa nesta Casa, para que, em seu nome, me associasse às homenagens de despedida prestadas ao Deputado José Augusto.

Atendo com prazer ao nobre desejo dos jornalistas, aos quais muito prezo, embora, seguidamente, passe pelo cadinho mais cáldo da sua censura. Não me podia furtar a esta invitation. Os jornalistas são, em nosso País, em verdade, o quarto poder, como são chamados.

Na Câmara, deputados que quase encaneceram nas bancadas, quando se erguem para falar, sentem sempre tremer as pernas e o sangue acudir ao coração, porque, sabem, estão sob a escuta dos jornalistas, que são os fiscais da nossa conduta parlamentar. De mim, digo que nenhuma vez venho à tribuna que não me sinta empalidecer, pois sei que não são os colegas os meus censores, e, sim, os representantes dos jornais, os quais, muitas vêzes, na sua crítica, são crudelísimos. Aceitei, portanto, a missão de vir saudar o Deputado José Augusto em seu nome. Mas, também, como a

Câmara acabou de ouvir, o nobre Deputado Wolfram Metzler pediu-me que falasse em nome do Rio Grande do Sul e da seção do meu Partido naquele Estado.

O Deputado José Augusto, quando saiu da Universidade, parece que tinha certos sentimentos ou propensões celibatárias. Entretanto, visitou o meu Estado, e conseguiu arrebatá-la da melhor sociedade da minha terra aquela que lhe deveria ser a companheira para os dias de alegria e, como os de hoje, não de infortúnio, mas de nostalgia.

Fêz bem êle em ir contrair justas núpcias na minha terra natal. Êle devia mesmo completar-se pelo casamento, seguindo aquêlê conselho de velho jurista dos Parlamentos da antiga França: *l'homme non marié n'est plus que moitié*. Entrelaçou-se, destarte, o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. E, por êsse modo, ainda mais se aproximaram de nós os riograndenses. E José Augusto o fêz de tal maneira — educando a sua prole no amor dos dois Rio Grandes — que os seus filhos estão labutando como profissionais na vida rural do meu Estado.

O Rio Grande do Norte não o reconduziu agora ao Parlamento. Eu não saberia como apreciar e julgar o ato do eleitorado riograndense do norte, que não acumulou votos suficientes para que José Augusto retornasse à Câmara, que tanto honrou.

O Sr. Tenório Cavalcânti — Permite V. Ex^a um aparte, nobre deputado?

O SR. FLORES DA CUNHA — Pois não.

O Sr. Tenório Cavalcânti — A não recondução do Deputado José Augusto ao Congresso Nacional talvez sirva de imagem do que poderá ocorrer amanhã no Rio Grande do Norte. É que essa fase da sua gestão talvez seja semelhante ao que se dá no esporte da «Montanha Russa», onde o carro, aparentemente, cai no abismo, mas apanha embalagem para subir mais um pouco. Naturalmente, o govêrno do Estado do Rio Grande do Norte o espera, e o povo o sufragará por unanimidade!

O SR. FLORES DA CUNHA — É de lamentar profundamente que José Augusto não tenha sido de novo credenciado para o Parlamento. Pertencer à Câmara dos Deputados é respirar atmosfera de sadio patriotismo, de amor à causa pública e, ao mesmo tempo, de dedicação ao engrandecimento dêste País.

Não há quem não se sinta honrado em pertencer à Câmara dos Deputados! E um homem que trazia, como José Augusto, uma soma de serviços prestados ao Brasil e ao seu Estado deveria ter

sido reeleito, para que não sofressem os nossos trabalhos legislativos um vazio com a sua ausência.

O Sr. *Dias Lins* — Uma vez que V. Ex.^a está falando exatamente no nome do Rio Grande, eu gostaria de lembrar que não pode ser esquecida a Sra. José Augusto, a virtuosa espôsa, sua inspiradora, que é riograndense.

O SR. FLORES DA CUNHA — Já fiz essa referência.

Sr. Presidente, as palavras de despedida ao nobre colega que não logrou reeleição, quero resumi-las dêste modo: «Peço a Deus que imita no teu coração, José Augusto, um sentimento de vigor e de paz nesta hora melancólica, para que não fuja dos teus olhos a democracia, solene como um monumento, a inspirar, no fim da tua vida, todo o teu amor e todos os teus anseios». (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Medeiros Neto.

O SR. MEDEIROS NETO — (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, nobres Deputados!

Neste crepúsculo de uma Legislatura, renovam-se os quadros da vida pública nacional, abrindo, nas sinuosidades do tempo, nas alternativas do País, a possibilidade de conduzir-se e orientar-se a consciência nacional para sua magna decisão neste momento histórico.

É oportuno, Sr. Presidente, compreender a razão insofismável da vida brasileira, numa coincidência em que toda esta Casa se aglutina, se harmoniza, na intranqüilidade dum impulso emocional, para render a mais justa das homenagens a um homem que, durante a vigência de toda a sua longitudinal vida pública, soube sempre escolher o melhor lugar em função do regime, das qualidades dignas da vida pública, do melhor itinerário na orientação e na conduta do destino nacional.

Foi, sim, êste nobre Deputado que peregrinou pelos corredores desta Casa, que viveu as horas amargas e tumultuárias do Congresso Nacional, como também aplainou as dificuldades ocorrentes, por durante quarenta anos, realizando a mais nobre das tarefas, com esforço diário, para que, resguardada e salva, continuasse a obra eterna, inelutável, que o primado do Direito impõe, que a força da verdade exige, que o imperativo do dever reclama!

Nas suas qualidades peregrinas, que eu conheci em 1942 quando nos encontrávamos em pleno coração do Brasil, no centro geográfico do País, na cidade recém-nascida de Goiânia, eu na qualidade de representante do meu Estado, êle na de presidente da Associação Brasileira de Educação; êle com o cometimento de presidir o VIII Congresso Brasileiro de Educação e eu como Diretor Geral do Departamento de Educação do meu Estado, que iria participar desse conclave, desse certame cultural, desse movimento aglutinador e fixador dos rumos definidos da educação nacional.

Lá, êle e eu sentíamos, naquele plenilúnio da vida nacional, as angústias de uma ditadura, as preocupações dos democratas na

restauração do primado e do conceito da integração do homem nos postulados da Democracia. Êle me contava sua história acidentada e tumultuada, inquieta e intranquã, sem blasfêmias para Deus, com hosanas para a verdade, e eu via como se fizera, na expressão vertical de um homem, a manifestação de crédito e qualidade que poucos neste Brasil conseguiram aninhar, concentrar, resumir numa sinopse de si próprio, numa síntese de si mesmo, o que êle conseguiu fazer de si mesmo. Estava, Sr. Presidente, êste homem na hora do batismo da cidade de Goiânia ao meu lado, proferindo magnífico discurso, quando a certa altura afirmara, reproduzindo aquelas palavras de Madame Rolland, vítima da crueldade de sua própria inteligência à mercê dos frutos de um trabalho que ela mesma realizara, dizendo bem defronte do catafalco em que devia derramar os últimos lampejos de vida: «*O Liberté! O Liberté que de crimes on commet en ton nom!*» Liberdade Liberdade! Quantos crimes se cometem em teu nome!»

Essa liberdade, êle proclamava como fator decisivo e coerente, na orientação e na diretriz, no melhor enquadramento para a cultura nacional, cujo cadinho é o fator-educação e cuja cúpula é a própria educação. Êle, como Governador de Estado, onde mourejara por durante quatro anos, à discrição das maiores dificuldades, deixara uma rêde de educandários, de estabelecimentos educacionais, que ainda hoje aos visitantes do Estado do Rio Grande do Norte se apresentam e se oferecem, como um plano executado em tôdas as magnas linhas, na plenitude da maior eficiência — grupos escolares que pareciam antecipar-se às conjunturas e contingências de uma hora difícil na vida econômica do Estado, mas que êle construira para lição à posteridade.

Ê um apóstolo da educação José Augusto! Pareceres que êle emitira, nesta Casa, pronunciamentos que êle transmitira, através de ensejos e oportunidades do Congresso, como também lá fora, na sua ação imediata, sempre deixara refletir-se como um educador sem jaça, nobre Cruzado dêste movimento redentor e salvador que é a educação, país onde 65% do seu efetivo demográfico está como marginal ao acaso da ausência, da carência e da omissão, da falta de presença de um professor.

E não poderia, Sr. Presidente, limitá-lo no ramo exclusivo dessa atividade. O que mais impressiona, antes de tudo a um homem público e a um sacerdote, na existência, na vida pública de José Augusto, são as qualidades de pai de família e de espôso, de responsável por um lar onde êle é um padrão e um paradigma, um modelo e uma estátua vertical, onde o exemplo emana dos seus atos como se fôsse um caudal indefinível e indisfarçável, detendo, no seu coração, a expressão de fé e na sua alma a expres-

são real de como se comporta na intimidade da sua evangelização cultural.

Poderia êle, na revolução de 30 ter saído à praça pública, improvisando-se num novo cenário de revoluções, de inquietações e de alternativas. Como muitos outros, ampararia-se no pátio da incerteza e da desconfiança, mas compreendera que, ao perder seu mandato de Senador, em 1930, só tinha um rumo a seguir, para honrar-se e honrar os filhos: viver pobre, deixar o Senado para ser comerciário.

Em 1937, o golpe de 10 de novembro ainda o encontra ao sabor de um diploma que a soberania permanente, duradoura e eterna do eleitor invulnerável lhe dera, pela consciência e pela responsabilidade, para êle apresentar-se bem no cenário político nacional. Perdendo êsse diploma e êsse mandato, ainda era o homem pobre, na modéstia de uma vida onde tudo era grande à custa da sua inteligência e da sua honestidade.

Sr. Presidente, depois de tantos anos, vim encontrar José Augusto, em 1946, nesta Casa, constituinte como eu, integrando e compondo uma assembléia reformadora e renovadora dos quadros e das emoções, dos costumes e das tradições, das virtudes e das virtuosidades de um regime que se integrava em novos momentos em circunstâncias novas para um novo caminho a encetar.

Sei como êle se empenhou e viveu não como homem velho que peregrinou no passado, mas qual homem que se renovava, que se reestruturava e se reintegrava no mundo novo e aceitava a nova ordem econômica nesta nova Constituição, como preconizara ainda ao tempo em que fôra Governador.

Considero o nobre Deputado José Augusto um antecipado em tempo e em espaço, homem que, dentro do equilíbrio de Victor Hugo, talvez tenha a vocação genial do peregrino antecipado na História. Êste homem tem um belo futuro: pisa o porvir como se estivera caminhando no presente.

Esta, sua grande participação, que o destaca e o distingue como evangelista na sua cruzada redentora e renovadora.

Ê pols, realmente justa a homenagem que esta Casa do Congresso Nacional resolve prestar-lhe, neste momento, em que, empós 40 anos de serviços prestados ao Brasil, vai voltar ao banco difícil de um trabalho, que somente êle sabe sentir na crueldade da inversão da sua própria capacidade.

Êle é homem para as leis, mas vai entrar para o Conselho de Economia. Não sei se saberá ajustar-se tão bem como na integra-

ção moral desta Casa, onde êle é senhor e dono, com a capacidade paternal do seu espírito condutor.

Espero, Sr. Presidente, que a Providência Divina, nos seus eflúvios e emanações eternas, possa conduzir e orientar êste grande coração e esta grande inteligência para continuar a sua imensa jornada de benefícios ao Brasil e de salvação das instituições nacionais. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Barreto Pinto.

O SR. BARRETO PINTO — (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente e Srs. Deputados: minha vinda, neste momento, à tribuna toca profundamente ao meu coração.

Não me posso esquecer de que, começando ainda minha vida de modesto funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi José Augusto, já então líder prestigioso, que conseguiu fôsse eu efetivado no Departamento Nacional de Saúde Pública, na inesquecível administração de Carlos Chagas, quando Ministro da Justiça e Negócios Interiores o Senador pelo Rio Grande do Norte. Sr. Ferreira Chagas.

Desde o primeiro momento, desde a primeira aproximação, tive a satisfação de encontrar esta figura magnífica de autêntico democrata, êste fulgurante espírito como um dos meus mais diletos e sinceros amigos. Entrando para o Parlamento, pela primeira vez, em 1935, fui trazido por S. Ex^a junto da Mesa para que prestasse o juramento constitucional, na Presidência de outra figura com muitos títulos ilustres — o grande mineiro Deputado Antônio Carlos.

Cassado meu mandato em 1946, é natural que tudo fizesse e envidasse todos os esforços para que tivesse uma reparação moral, e devo-a ao Deputado Danton Coelho. Outro espírito brilhante que chegou ao ponto de pôr à minha disposição seu mandato para que eu aqui permanecesse. Êsse grande brasileiro pediu licença, dizendo que meu lugar era na Câmara. Voltei e encontrei a figura de V. Ex^a, que me disse as mesmas palavras que há pouco repetiu: «Desejo-lhe tôdas as felicidades e que continue sua vida de democrata».

Pois bem, Sr. Presidente, quando volto a esta Casa, depois daquela reparação moral, a primeira pessoa que me telefona e aqui me recebe é precisamente aquela que me havia dado efetividade no cargo — o Deputado José Augusto.

Tôdas as homenagens que a Câmara presta, neste momento, a tão ilustre brasileiro, estão muito aquêm de seus justos méritos.

Solidarizando-me com os meus colegas na merecida homenagem a este boníssimo amigo, a esta excelente figura de democrata, tenho noção do cumprimento exato do meu dever. E se, no decorrer desta legislatura que hoje termina, pela exaltação do meu temperamento, me excedi algumas* vezes, quero, desta mesma tribuna, a que voltei sem amarguras e sem ressentimentos, pedir desculpas, formulando votos, ao mesmo tempo, para que a nova legislatura, que inicia os trabalhos amanhã possa defender e consolidar cada vez mais a Constituição, da qual sou um dos humildes signatários, e que deve ser respeitada acima de tudo, para a sobrevivência das liberdades e instituições democráticas.

Sr. Presidente, apresento tôdas as minhas desculpas, com a consciência tranqüila de que, voltando a esta Câmara, só procurei trabalhar, defender e consolidar, dentro das minhas fracas forças, o regime constitucional.

Felicito-me pela oportunidade que me fôra dada de proferir estas palavras, quando se rendem homenagens excepcionais e justas a êsse bravo, a êsse intrépido, a êsse ilustre parlamentar brasileiro que é José Augusto Bezerra de Medeiros.

Tôdas as minhas homenagens, todos os meus votos de perene felicidade para aquêles que aqui voltam a fim de defender com o próprio sangue a Constituição que promulgamos em setembro de 1946. Façamos tudo para que cada vez mais fortes se tornem o regime democrático, as instituições em nosso país. E ninguém melhor para servir de exemplo do que êsse homem que sacrificou tôda a vida a êsse ideal, que, ocupando as maiores posições, vai legar aos seus descendentes a maior fortuna que uma pessoa pode ter — a dignidade, a honradez.

Deixo a tribuna apresentando ao nobre Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros os meus mais sinceros votos de felicidade. (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Hugo Carneiro.

O SR. HUGO CARNEIRO — (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, não sei como definir a hora que estamos vivendo — se de alegrias pela homenagem excepcional que está sendo prestada a José Augusto, se de tristeza pela profunda saudade que empolga tôda a Câmara ao render tributo a parlamentar que, de 40 anos a esta data, se tornou o mais benquisto de todos.

Meu temperamento emotivo estava a impedir-me de aqui vir falar ao velho companheiro de 35 anos de vida parlamentar — com as interrupções que tive e com a gloriosa continuidade que caracterizou o mandato de José Augusto. Mas vencendo a minha própria emoção, aqui estou para participar do florilégio a êsse homem que eestá recebendo em vida homenagens que nunca vi prestadas a contemporâneo.

Não sei se o Rio Grande do Norte elegeu José Augusto. Sei, porém, que, depois desta sessão, êle se pode considerar um eleito do Brasil. Através das vozes mais autorizadas, foram exaltadas, aqui, as suas qualidades excepcionais. A estas, venho juntar a minha, não em nome do Acre moderno, do Acre atual, que não me sinto com autoridade para isso, mas em nome daqueles pioneiros das grandes jornadas acreanas, como Monteiro de Sousa, Augusto Monteiro, Tavares de Lira, co-estaduanos de José Augusto, nomes que a História do Acre grava como dos seus melhores servidores.

Sr. Presidente, ao encerrar as minhas atividades públicas, não o podia fazer com palavras mais justas, nem, para mim, mais gratas e, ao mesmo tempo, mais tristes, ao me dirigir ao velho companheiro e pedir que os meus filhos olhem para a sua figura e procurem, através das vicissitudes da vida, imitar êste varão digno, que atravessa tantas gerações para se tornar um paradigma dos homens públicos de bem dêste País. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, pela minha palavra, ao modelar companheiro a sua solidariedade à justíssima homenagem que lhe presta a Câmara dos Deputado.

O Sr. Deputado José Augusto, após 40 anos de vida pública, conserva no espírito o mesmo idealismo dos primeiros dias de sua atividade política. É um modelo de parlamentar. (*Muito bem.*) Ao deixar esta Casa, oferece à Nação a demonstração de que a vida pública pode ser exercida com dignidade e honradez. Ele sai daqui mais pobre do que quando aqui entrou, porque cuidou do bem público comum mais do que do seu próprio bem.

Nós, da Câmara dos Deputados, fazemos votos por que a Nação considere êste nome um exemplo de como devem os homens públicos servir ao Brasil. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO — (*Palmas prolongadas*). (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, meus caros colegas, ao ascender pela derradeira vez a esta tribuna, que freqüentei durante 40 anos e por centenas de vêzes, confesso que nunca experimentei, nem no dia da estréia, tantas e tão profundas emoções, umas muito gratas, outras deveras amargas.

As emoções caras, as que falam ao coração: a iniciativa dos nobres líderes desta Casa, convocando — honra excepcional — uma sessão de homenagem ao modesto e humilde representante do Rio Grande do Norte; em segundo lugar, o calor e os aplausos com que a iniciativa dos eminentes líderes de todos os partidos nesta Casa foi recebida pela sua unanimidade; e, ainda, as orações, qual delas mais generosa, agora mesmo proferidas pelos mais ilustres representantes do pensamento político do Brasil na Câmara dos Deputados: Alcides Carneiro, Carvalho Sobrinho, Raul Pila, Afonso Arinos, Gustavo Capanema, Aluísio Alves, Vieira Lins, Raimundo Padilha, Daniel de Carvalho, Flores da Cunha, Medeiros Neto, Barreto Pinto, Hugo Carneiro, e, por fim, V. Ex^ª, Sr. Presidente, nas poucas e tão carinhosas palavras que houve por bem a mim endereçar, rematando os discursos aqui proferidos.

Estas, Sr. Presidente, as gratas emoções. Mas há ainda, como disse, as amargas — justamente as da separação duma Casa a que estou afeito, que é, do ponto de vista de cidadão, o meu próprio lar político, casa onde, por quatro decênios a fio, só encontrei, do esplêndido espírito de civismo que sempre animou os Srs. Deputados em tôdas as legislaturas a que pertenci, esta acolhida fraternal, mercê da qual, a despeito d edivergências de partidos e de correntes políticas, nos sentimos como que fraternalmente unidos, empenhados na obra comum de promover a grandeza, a felicidade e a prosperidade da pátria; convivência que não foi sòmente com os colegas, mas também com o funcionalismo, desde o Diretor da Secretaria até o mais humilde servente, todos sempre prontos a me ajudar na tarefa que eu tinha de cumprir como parlamentar. E a bancada de imprensa, tão amiga, tão prêsa sempre a mim para estimular-me com seu aplauso, ou com a sua crítica, quando eu estava errado, de qualquer maneira

me ajudou a fazer aquilo que tinha o dever de fazer, colocar-me nesta Casa a serviço de um só pensamento e numa só preocupação: esquecer-me de mim para servir à coletividade.

Sr. Presidente, confesso a V. Ex^a que a minha afeição não é só para os colegas, para o funcionalismo, para os jornalistas que aqui trabalham. Minha afeição se estende até ao próprio edifício que ajudei a construir, membro da Mesa que deliberou mandar fazê-lo. Tudo aqui, Sr. Presidente, sinto como que fazendo parte do meu próprio ser de cidadão.

Neste ambiente encontro partículas materiais, intelectuais ou morais daquilo que no meu sentido de homem público se firmou como sendo o ideal supremo de minha vida.

Passei, Sr. Presidente — V. Ex^a sabe que tenho 70 anos de idade, 50 dos quais de vida pública e 40 dos quais no Parlamento — passei por todos os cargos. Pertenci a todos os poderes. Fui Juiz, pertenci à administração pública, à Assembléia Estadual do Rio Grande do Norte, ao Senado da República e à Câmara dos Senhores Deputados. Em nenhuma função me senti tão integrado comigo mesmo e tão apto a servir a minha pátria, como no Parlamento.

Infeliz dos povos que não têm Parlamento! (*Palmas.*)

O erro de julgamento de muitos que combatem os Parlamen-tos consiste em compreender a sua função. O Parlamento é o pulmão da nação. Por aqui respira a opinião pública, tôdas as opiniões têm eco, todos os sentimentos têm tradutores. Repito: infelizes dos povos que não têm Parlamento, porque deixam de ser organizadas.

Esta a minha doutrina de sempre, Sr. Presidente. O essencial é que os parlamentares façam sempre isto: quando aqui chegarem não pensem mais nas suas pessoas, mas somente na Pátria.

Por que, Sr. Presidente — permita-me que seja, modesto — por que, representando aqui um dos menores Estados do Brasil e, politicamente, um dos de menor significação, recebo, na hora em que deixo esta Casa, tantas e tão significativas homenagens? Porque nunca, nunca, nunca meu voto se manifestou, minha palavra se ergueu que não fôsse no exclusivo interêsse da democracia e do Brasil. (*Palmas.*)

Esta, Sr. Presidente, nossa missão, esta nossa tarefa. Cheguei aqui em 1915, eleito a 30 de janeiro. Faz hoje justamente 40 anos e um dia. A Nação estava ainda, pode-se dizer, no começo da República, nação imensa territorialmente, mas de rudimentar

cultura, pois o analfabetismo se erigia em regra. Com os problemas passíveis de interessar minha Pátria, eu, moço idealista — apesar de velho, continuo idealista até hoje — procurei identificar-me e dêles me inteirar.

Primeiro, foi a construção mental e moral do Brasil. A educação, durante os seis primeiros anos constituiu minha preocupação dominante nesta Casa, da qual extraí todos os trabalhos parlamentares por mim então apresentados, publicando-os em dois livros: «Pela Educação Nacional», em 1918, e «Eduquemo-nos», em 1922. Este era, ao meu sentido e ainda hoje é, o marco, sôbre o qual podemos e devemos assentar o edifício da grandeza e da prosperidade do Brasil: a educação.

Pouco depois, vieram outros acontecimentos, outras idéias, outros pensamentos, outras preocupações. Passei, erradamente segundo uns ou, exatamente, segundo eu próprio, a interessar-me pela reconstrução política do País. E foi então que, d epresidencialista convicto — e aqui nesta Casa falei ainda a 4 de outubro de 1915, dizendo que o regime parlamentar seria antes *para lamentar* — convenci-me de que cumpria dar novas bases à vida política do Brasil. Mudei de rumo e iniciei incessante peleja, dia e noite, da tribuna do Parlamento, em livros, revistas, artigos nos jornais pela reconstrução política do País, sob a forma parlamentar. Publiquei três livros: «A Representação Profissional e a Democracia», em 1932; «O anteprojeto da Constituição em face da Democracia», em 1933 e «Por que sou parlamentarista» em 1937. Ao lado da reconstrução moral e educacional do País, através da educação, a reconstrução política através de reforma constitucional que nos restituísse ao regime parlamentar, já agora, ao meu ver, o único verdadeiramente capaz de pôr termo às revoluções e desordens que tanto mal têm feito ao Brasil, sob todos os aspectos.

Mas ao lado disso, uma outra preocupação, — esta a da construção econômica do Brasil. Não houve problema de ordem econômica que eu não procurasse versar aqui e como lastro de tudo e no meu dever de filho do Nordeste, uma das regiões mais pobres e mais sofredoras da minha pátria, cuidar constante e incessantemente de seus problemas. E realment enão há problema suscetível de interessar ao Nordeste de que nesses 40 anos eu não tenha curado em dezenas, direi mesmo, em centenas de discursos, projtos e pareceres. E quanto ao meu Rio Grande do Norte — e daqui endereço ao pequenino e querido Estado a minha palavra de gratidão e reconhecimento pelos 40 anos durante os quais me confiou o seu mandato de representante — e quanto ao meu Rio Grande do Norte não há um só problema, uma só questão, um

só interêsse que não — haja repito — encontrado aqui a minha palavra para defendê-lo com todo o ardor de filho daquela terra sofredora e humilde. (*Palmas.*) A açudagem, os poços tubulares, as barragens submersíveis, a lavoura sêca, a irrigação, o problema do algodão, o do sal, o da cêra de carnaúba, o do crédito agrícola sob a forma cooperativista, o das estradas de ferro, o das estradas de rodagem, o dos portos de Areia Branca, de Macau e de Natal, o do operariado humilde das salinas, a respeito dos quais há uma única lei no Brasil, de minha autoria, e aqui cabal e amplamente defendida. Não há questão que possa ter interessado ao Rio Grande do Norte de que eu não tenha tratado neste Parlamento, ou levado aos gabinetes ministeriais, para defender os interêsses da brava gente norte-riograndense.

O Sr. *Horácio Láfer* — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Com muita honra para mim.

O Sr. *Horácio Láfer* — Desejaria dar testemunho do esforço extraordinário que V. Ex^a, grande brasileiro que é...

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Generosidade de V. Ex^a.

O Sr. *Horácio Láfer* — ... despendeu junto a mim, quando eu era Ministro da Fazenda, para conseguir que o algodão seridó tivesse um Pôsto Experimental prfoteger aquela grande riqueza. V. Ex^a só apareceu nos ministérios para defender o Brasil, mas nunca se esquecendo de seu Estado natal. V. Ex^a sempre teve o coração radicado na terra onde nasceu, grande brasileiro que sempre foi.

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Sou muito grato ao depoimento do eminente Deputado paulista, Sr. *Horácio Láfer*, em cujo ministério encontrei sempre, para satisfazer aos interêsses do Rio Grande do Norte, aquela grande soma de bem querer ao Brasil, aquêlê ardente interêsse patriótico que S. Ex^a jamais deixou de revelar pelos destinos de nossa pátria. Em nome do meu Rio Grande do Norte, eu, ainda aqui, repito os agradecimentos que tantas vêzes lhe levei, por tudo quanto S. Ex^a fêz, não só solucionando êsses problemas, como indo em minha companhia, examiná-los de perto, no próprio coração do Nordeste. De modo que a S. Ex^a sou muito grato.

A sessão vai já muito longa e não quero prolongá-la mais.

Sei que muito se fala contra os políticos, sei que muito se fala contra os parlamentares, mas o mal do Brasil não pode residir nos políticos. Quando muito, poder-se-á dizer que o mal estará em nem sempre encontrar-se um político à altura da sua missão. Mas, infeliz da nação que se deixar dirigir politicamente, a não

ser pelos políticos autênticos, por aquêles que fazem da coisa pública a preocupação constante do seu espirito e da sua atividade.

Fui político, Sr. Presidente, o sou há 50 anos, e fora do Parlamento, continuarei a sê-lo com a mesma fé, com a mesma confiança e o mesmo entusiasmo pela missão dos verdadeiros políticos, elementos de que nenhuma nação pode prescindir. O essencial é que o político se coloque realmente na sua missão e no seu papel. De mim, e não querendo mais prolongar esta oração, o que devo dizer é que na vida pública duas preocupações tive permanentemente: qualquer que fôsse a posição por mim ocupada só lançar mão dos processos legais e normais. (*Palmas.*) Sempre fui e sê-lo-ei eternamente contra a violência, que nada constrói, e contra a corrupção, que tudo degrada. (*Palmas.*)

Recordo-me, Sr. Presidente — e aqui vou encerrar minhas palavras — de ter lido há pouco tempo uma oração famosa de Briand, o grande, o extraordinário parlamentar francês. Dizia êle no Parlamento, examinando os vários processos da sua vida política, num gesto um tanto patético: «Vêde as minhas mãos — nem uma gôta de sangue».

Posso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parodiando o grande estadista gaulês, o grande parlamentar, na hora em que pela vez derradeira falo ao Parlamento da minha Pátria e, como êle, erguerendo as minhas mãos, dizer: «Vêde as minhas mãos, não só nenhuma gôta de sangue, mas também nenhuma mancha de azinhavre». (*Muito bem; muito bem. Todos os presentes, de pé, aplaudem calorosamente o orador, que é vivamente cumprimentado.*)



T

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955